



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES

(Processo Administrativo nº 13589/2025)

CONTRATO DE RATEIO Nº 050/2025/FMS,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
ALFREDO CHAVES, POR INTERMÉDIO DO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E O
CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLO SUL
– CIM POLO SUL.

O MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES/ES, inscrito no CNPJ sob nº 27.142.686/0001-01, com sua sede administrativa na Prefeitura Municipal, situada na Rua José Paterlini, nº. 910 – Bairro Centro, CEP 29.240-000 doravante denominado simplesmente **CONSORCIADO**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. HUGO LUIZ PICOLI MENEGHEL, e, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 14.808.407/0001-54, com sede na Rua Cais Costa Pinto, nº 268, Bairro Centro, CEP: 29.240-000 representado neste ato pela Secretaria Municipal de Saúde Sra. TAÍS LIMA TEIXEIRA ULIANA, e O **CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLO SUL – CIM POLO SUL** constituído sob a forma de associação pública, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 02.722.566/0001-52, com sede administrativa, à Rua Maria Josefina de Resende, nº 625, Café Moca, Mimoso do Sul, CEP: 29.400-000, doravante denominado simplesmente **CONSÓRCIO**, neste ato representado por seu Presidente, Sr. GEDSON BRANDÃO PAULINO – Prefeito Municipal de Iconha/ES, celebram o presente Contrato de Rateio, com dispensa de licitação embasada no Inc. III do §1º do Art. 2º da Lei Federal 11.107/2005, o qual se regerá pela Lei Federal 11.107/2005, pelo Decreto Federal 6.017/2007, pela Portaria STN/SOF nº 274/16, pelo Contrato de Consórcio público do CIM POLO SUL, e pelas cláusulas e condições abaixo descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do CONSÓRCIO entre os Entes CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/2005, e, com base na Resolução Orçamentária aprovada pela Assembleia Geral, tendo por fim o efetivo funcionamento da sede administrativa do CONSÓRCIO, para fins de execução dos objetivos



e finalidades do CONSÓRCIO na área de saúde, nos termos do Contrato de Consórcio Público firmado.

Parágrafo Único – Consideram-se despesas do CONSÓRCIO, entre outras:

- a)** Custos despendidos na instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede;
- b)** Custos despendidos na execução dos objetivos e das finalidades do CONSÓRCIO, relativos à área de saúde, previstos no Contrato de Consórcio Público;
- c)** custos despendidos na remuneração de empregados, e pagamento de gratificações, jetons dentre outras, nela incluída os encargos trabalhistas;
- d)** Custos despendidos com serviços de terceiros necessários ao bom funcionamento das atividades do CONSÓRCIO, bem como para a execução de ações e projetos conforme disposto no Contrato de Consórcio Público e Estatuto, em benefício dos municípios consorciados.
- e)** Custos despendidos com serviços de terceiros necessários à modernização tecnológica dos procedimentos adotados; ao assessoramento técnico, jurídico e profissional especializado, e ainda execução das melhores práticas de gestão aplicáveis ao CONSÓRCIO;
- f)** Custos despendidos na participação de eventos (congressos, seminários e outros), cursos, treinamentos, intercâmbios, viagens e outros que proporcionem a troca de experiências na área de saúde e de consórcios públicos, e aprendizado necessários a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorcial adotado;
- g)** Outras despesas cuja realização ou execução seja aprovada pelos órgãos colegiados do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. As partes contratantes comprometem-se a cumprir as seguintes obrigações:

2.1.1. Compete ao CONSÓRCIO:



- a)** Utilizar os valores recebidos por meio do presente instrumento para custeio do funcionamento de sua sede administrativa e demais serviços, projetos e atividades aprovados pela Assembleia Geral, com custeio mediante contrato de rateio;
- b)** Disponibilizar ao CONSORCIADO acesso ao sistema de gestão do consórcio em tempo real, com autorização para gerar e emitir relatórios de agendamentos, atendimentos e faturamento de serviços;
- c)** Somente lançar no sistema de gestão do CONSÓRCIO os valores financeiros repassados pelo CONSORCIADO após o recebimento da Nota de Pagamento que comprove a rubrica financeira pertinente ao recurso financeiro recebido e o comprovante do depósito realizado;
- d)** Enviar ao CONSORCIADO os relatórios da execução orçamentária e financeira do CONSÓRCIO, referente aos recursos recebidos por meio deste Contrato de Rateio, a fim de permitir a consolidação das contas pelo CONSORCIADO e a elaboração dos relatórios fiscais de que trata os Artigos 52 e 54 da Lei Complementar 101/2000 e as instruções normativas do Tribunal de Contas do Espírito Santo, no tocante a prestação de contas mensal;
- e)** Prestar contas quadrimensalmente ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral, referente à utilização dos valores decorrentes das transferências intragovernamentais realizadas pelo CONSORCIADO, em razão da execução deste CONTRATO;
- f)** Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente CONTRATO;
- g)** Adotar as medidas administrativas para o credenciamento e ou contratação de pessoas jurídicas, na forma prevista na legislação, para a prestação dos serviços de saúde constantes da Tabela de Valores e Procedimentos de Saúde do CONSÓRCIO;
- h)** Disponibilizar ao CONSORCIADO a possibilidade de participação em eventos, cursos, treinamentos, intercâmbios, viagens e outros que proporcionem a troca de experiências na área de saúde e de consórcio público, e o aprendizado necessário a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorcial adotado;



- i)** Adotar as recomendações emanadas pelo CONSORCIADO em cumprimento à legislação e normas aplicáveis aos serviços a serem disponibilizados;
- j)** Cumprir com as deliberações de sua Assembleia Geral e Câmara Setorial de Saúde, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio firmado com os entes consorciados;
- k)** Apresentar, por meio de sistema de gestão de consórcio, relatórios ao CONSORCIADO dos repasses recebidos, rateio das despesas com administração e manutenção da sede e saldo financeiro existente em razão da execução deste CONTRATO;
- l)** Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste CONTRATO.

2.1.2. Compete ao CONSORCIADO:

- a)** Participar das reuniões dos órgãos colegiados do CONSÓRCIO;
- b)** Participar das deliberações sobre funcionamento do consórcio, bem como sobre autorização para a realização e ou execução de novas ações, projetos e serviços de saúde demandados pela população do CONSORCIADO;
- c)** Enviar imediatamente ao CONSÓRCIO cópia da Nota de Empenho e a respectiva Nota de Pagamento e do comprovante de depósito pertinente ao repasse realizado, visando permitir a escrituração da receita na fonte de recurso e rubrica correta, bem como lançar o crédito financeiro no sistema gerencial do CONSÓRCIO;
- d)** Acompanhar a execução da prestação dos serviços administrativos executados direta e indiretamente pelo CONSÓRCIO, bem como da prestação dos serviços de saúde credenciados e ou contratados em cumprimento as deliberações dos órgãos colegiados do CONSÓRCIO;
- e)** Adotar providências cabíveis para o repasse da cota de custeio anual correspondente ao CONSORCIADO, no tocante às despesas administrativas e serviços prestados pelo CONSÓRCIO autorizados para pagamento por meio do contrato de rateio, podendo efetuar repasses mensais ou o repasse do valor



integral da cota de rateio aprovada, neste último, deverá repassar no primeiro semestre;

- f)** Informar ao CONSÓRCIO, por escrito, qualquer inconformidade verificada no cumprimento do objeto deste instrumento, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas;
- g)** Realizar os repasses financeiros nos prazos e valores constantes do presente CONTRATO;
- h)** Acompanhar e fiscalizar a execução do presente CONTRATO;
- i)** Dar ampla divulgação do presente CONTRATO na imprensa oficial do CONSORCIADO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. Fica estabelecido que, a título de rateio das despesas do CONSÓRCIO, o CONSORCIADO repassará o valor anual de **R\$ 73.720,00** (setenta e três mil e setecentos e vinte reais), em parcela única ou dividido em parcelas mensais.

§1º Caso o CONSORCIADO faça a opção pelo PARCELAMENTO do valor do contrato, o mesmo se obriga a repassar os valores contidos no quadro do Inciso I da Clausula Quarta, até a data limite de 31/07/2026, sendo que a primeira parcela deverá ser repassada no mês de janeiro/2026. E caso o CONSORCIADO faça a opção pelo repasse em PARCELA ÚNICA, o mesmo se obriga a repassar os valores contidos no quadro do Inciso I da Clausula Quarta dentro do PRIMEIRO TRIMESTRE do ano corrente.

§2º – O cumprimento dos repasses financeiros dentro dos prazos estabelecidos neste contrato, visa que os recursos do CONSORCIADO sejam contabilizados como receita dentro do referido exercício financeiro pertinente à vigência deste instrumento, e ainda, visando assegurar os recursos necessários para o pagamento das despesas administrativas inerentes ao funcionamento da sede do consórcio, e dos serviços contratados pelo CONSÓRCIO em cumprimento ao objeto do presente instrumento.

§3º O valor estabelecido nesta cláusula, poderá ser alterado somente mediante a aprovação da Assembleia Geral, no caso das despesas administrativas da sede do CONSÓRCIO, e no



caso das demais despesas, conforme a demanda de execução de ações e projetos e a necessidade do repasse de recursos financeiros suficientes para custeio dos mesmos, poderá ser alterado por meio de decisão do CONSORCIADO mediante a celebração de termo aditivo, respeitado sempre o valor da cota de rateio fixada pela Assembleia Geral.

§4º – O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos neste instrumento ao CONSÓRCIO, por meio de transferência bancária ou depósito na conta corrente do CONSÓRCIO, **no Banco Banestes, Conta Corrente 25.102.674, Agência 0125 (Mimoso do Sul/ES**, ou outro que vier a ser indicado, tendo por limite para efetuar o montante do repasse, o dia 25 do mês pertinente à execução das despesas, em caso da opção do repasse em parcelas mensais.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas descritas na cláusula anterior correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 120 Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS

Unidade: 003 Atenção a média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar

Projeto/atividade: 120003.1030200182.226 – Manutenção das atividades consorciadas do SAMU.

Fonte de recurso: 150000150000

Ficha :076, 077, 080

Elementos de Despesa	Valor
3.1.71.70.00–Rateio pela Participação em Consórcio Público	26.060,00
3.3.71.70.00–Rateio pela Participação em Consórcio Público	45.660,00
4.4.71.70.00–Rateio pela Participação em Consórcio Público	2.000,00
TOTAL - item I	73.720,00

§1º A celebração do presente contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de



improbidade administrativa conforme disposto no art. 10, inc. XV, da Lei Federal n 8.429/92 (Lei dos Atos de Improbidade Administrativa).

§2º Fica acordado que a responsabilidade de inserção de dotação orçamentária é única e exclusiva do CONSORCIADO, não sendo da competência do CONSÓRCIO a correção ou alteração da dotação orçamentária, visto se tratar de rubrica constante do orçamento de cada município CONSORCIADO.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O presente instrumento terá vigência a partir de 02/01/2026 até 31/12/2026.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento sujeita o CONSORCIADO inadimplente às penalidades previstas no Contrato de Consórcio Público firmado, Estatuto do CONSÓRCIO e Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/05 (Lei Geral dos Consórcios Públicos) e no Decreto Federal 6.017/2007.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

7.1. Fica acordado que em toda e qualquer ação promocional, relacionada com o objeto descrito na Cláusula Primeira deste CONTRATO, será obrigatoriamente destacado a participação do CONSÓRCIO e do CONSORCIADO.

7.2. As partes se comprometem a não utilização do nome e ou logomarca do CONSÓRCIO ou do CONSORCIADO em material estranho ao objeto deste CONTRATO.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. O presente instrumento será rescindido automaticamente no caso de o CONSORCIADO deixar de integrar o CONSÓRCIO, desde que atendidas às formalidades estabelecidas no Contrato de Consórcio Público e Estatuto do CONSÓRCIO, sem prejuízo da cobrança administrativa e ou judicial de valores em atraso devidos em decorrência do presente instrumento e ou deliberação da Assembleia Geral.



CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O presente instrumento surtirá efeitos jurídicos a partir da data de sua assinatura, com efeitos financeiros ao exercício pertinente a 2026.

9.2. O CONTRATANTE assume integral responsabilidade pelo compromisso assumido e declara que realizará o acordado neste instrumento conforme descrito na Cláusula Primeira, e que, caso venha a descumprir as cláusulas e condições deste instrumento contratual, torna-se inadimplente para efeitos de execução futura, constituindo assim título executivo extrajudicial, com fulcro no Art. 784, inciso IX do Código de Processo Civil, no valor total descrito na Cláusula Terceira deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Alfredo Chaves/ES para dirimir as dúvidas emergentes do presente instrumento.

Alfredo Chaves, 30 de dezembro de 2025

Tais Lima Teixeira Assinado de forma digital
Uliana: [REDACTED] por Tais Lima Teixeira
[REDACTED] Uliana: [REDACTED]
[REDACTED] Dados: 2025.12.30 13:53:18
-03'00'

TAÍS LIMA TEIXEIRA ULIANA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ASSINADO DIGITALMENTE
HUGO LUIZ PICOLI MENEGHEL
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



HUGO LUIZ PICOLI MENEGHEL

PREFEITO MUNICIPAL

GEDSON BRANDAO Assinado digitalmente
PAULINO: [REDACTED] por GEDSON
[REDACTED] BRANDAO
[REDACTED] PAULINO: [REDACTED]
Data: 2026.01.05
12:10:43 -0200

GEDSON BRANDÃO PAULINO

PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLO SUL – CIM POLO SUL

ANEXO VII
DA PROVA PRÁTICA PARA MOTORISTA -
EDITAL Nº 009/2025

"4. A prova prática, para o cargo de motorista, será realizada nos dias 28, 29 e 30 de janeiro de 2026, a partir das 08h, no Parque de Exposições Dr. João Eutrópio, situado no Vale do Empoçado, Zona Rural, Município de Afonso Cláudio, observada a seguinte divisão de candidatos classificados:

- Dia 28/01/2026: candidatos classificados do 1º ao 23º;
- Dia 29/01/2026: candidatos classificados do 24º ao 46º;
- Dia 30/01/2026: candidatos classificados do 47º ao 68º.

Os candidatos deverão comparecer obrigatoriamente munidos do comprovante de inscrição e Carteira Nacional de Habilitação (CNH) atualizada na categoria mínima exigida no edital, sob pena de desclassificação."

...

ANEXO VIII

DA PROVA PRÁTICA PARA OPERADOR DE MÁQUINA E OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA - EDITAL Nº 009/2025

"4. A prova prática, para o cargo de operador de máquina e operador de trator agrícola, será realizada no dia 03 DE FEVEREIRO DE 2026, a partir das 08h, no Parque de Exposições Dr. João Eutrópio, situado no Vale do Empoçado, Zona Rural, Município de Afonso Cláudio. A avaliação ocorrerá por demonstração de habilidades práticas, sendo observada a ordem classificatória dos candidatos presentes para início do teste.

Os candidatos deverão comparecer obrigatoriamente munidos do comprovante de inscrição e Carteira Nacional de Habilitação (CNH) atualizada na categoria mínima exigida no edital, sob pena de desclassificação."

- Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital de Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2025 e de seus anexos.

• Esta Errata entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação a todos os candidatos, devendo ser observada para todos os fins e efeitos deste processo seletivo.

Afonso Claudio/ES, 06 de janeiro de 2026.
 COMISSÃO:

PAULO HENRIQUE PAGOTTO
PRESIDENTE

SARAH ORTELAN DEORCE FERNANDES
VICE PRESIDENTE

RAIANE DUARTE DIAS FONSECA FRIAÇA
SECRETÁRIO

JOICE MARQUES PIOTO
MEMBRO

GUSTAVO RODRIGUES PIMENTA
MEMBRO

Protocolo 1702025

ERRATA

Torna sem efeito a publicação da Inexigibilidade de Licitação Nº 057/2025.
 Processo 28022/2025, ID CIDADES: 2025.001E0700001.10.0057
 Veiculada no DOM/ES - Diário Oficial dos Municípios em 06/01/2026, Página 309, Protocolo 1700251.

Afonso Cláudio, 06 de janeiro de 2026.

Paulo Henrique Pagotto
 Sec. Municipal de Administração

Protocolo 1702035

Alfredo Chaves

Contrato

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES-ES

Extrato de Contrato de Rateio nº 050/2025/FMS
 Processo Administrativo nº 13589/2025
 Dispensa de Licitação embasada no Inc. III do §1º do Art. 2º da Lei Federal 11.107/2005, o qual se regerá pela Lei Federal 11.107/2005, pelo Decreto Federal 6.017/2007, pela Portaria STN/SOF nº 274/16, pelo Contrato de Consórcio público do CIM POLO SUL.

Consorciado: Município de Alfredo Chaves, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Consórcio: Consórcio Público da Região Polo Sul - CIM Polo Sul.

Objeto: O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do CONSÓRCIO entre os Entes CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/2005, e, com base na Resolução Orçamentária aprovada pela Assembleia Geral, tendo por fim o efetivo funcionamento da sede administrativa do CONSÓRCIO, para fins de execução dos objetivos e finalidades do CONSÓRCIO na área de saúde, nos termos do Contrato de Consórcio Público firmado.

Valor Total: R\$ 73.720,00.

Dotação: Órgão: 120 Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS / Unidade: 003 Atenção a média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar / Projeto/atividade: 120003.1030200182.226 - Manutenção das atividades consorciadas do SAMU / Fonte de recurso: 150000150000 / Ficha: 076, 077, 080.

Vigência: Até 31/12/2026.

Assinatura: 05/01/2026.

Taís Lima Teixeira Uliana
 Secretaria Municipal de Saúde

Protocolo 1701390

Anchieta

Aditivo

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2025 - PMA

Processo Administrativo: 15634/2025. DAS PARTES: O Município de Anchieta-ES e a empresa **JRB COMERCIAL LTDA**, na qualidade de contratante e contratada, respectivamente DO OBJETO DA ATA: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL fornecimento de material de expediente, com lotes exclusivos e cota reservada para ME/**